

FORMAÇÃO DA LITERATURA E CONSTITUIÇÃO DO ESTADO NACIONAL

José Antonio SEGATTO*
Maria Célia LEONEL**

- **RESUMO:** O objetivo deste trabalho é discutir questões literárias e históricas postas em pauta pelo livro *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido, cuja primeira edição é de 1959. Essa obra – ao reelaborar e procurar superar antigas referências vinculadas às datações e explicações das origens da literatura nacional – apresenta caráter inovador, o que, de um lado, a levou a ser um paradigma fundamental para a história e a crítica literária no país e, de outro lado, provocou muitas polêmicas e objeções. Partindo, portanto, da herança histórico-crítica precedente e incorporando muitos de seus elementos, o crítico repensa os marcos históricos, literários e culturais do surgimento da literatura no Brasil, ou seus momentos decisivos, tendo em vista a noção de sistema literário. Cinquenta anos após a publicação desse estudo, é oportuno e necessário, cremos, rediscutir e redefinir as demarcações histórico-literárias da criação ou da formação da literatura brasileira, por meio de uma leitura diversa do processo de organização do Estado e da nação no Brasil.
- **PALAVRAS-CHAVE:** Antonio Candido. Formação da literatura brasileira. Literatura. História. Sistema literário. Estado nacional.

Formação da *Formação*

Ao longo do século XIX, desde o rompimento do estatuto colonial e o início da construção do Estado nacional no Brasil, colocou-se a necessidade de elaboração de uma historiografia literária capaz não só de assegurar a existência de uma literatura brasileira, como de pensar e apontar seus caracteres e especificidades. De Ferdinand Denis a Ferdinand Wolf, de Gonçalves de Magalhães a Joaquim Norberto, passando por Santiago Nunes Ribeiro e Francisco Adolfo Varnhagen com a colaboração de vários outros estudiosos, concebeu-se uma tradição histórico-literária com importante

* UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras – Departamento de Sociologia. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – segatto@fclar.unesp.br

** UNESP – Universidade Estadual Paulista. Faculdade de Ciências e Letras - Departamento de Literatura. Araraquara – SP – Brasil. 14800-901 – mcleonel@fclar.unesp.br

papel cultural e ideológico na construção nacional. Construto coletivo, essa operação envolveu muitos intelectuais e a ação decisiva do Estado durante algumas décadas.

Esse acervo histórico-crítico foi reelaborado, nos últimos decênios do século XIX e início do século XX, por diversos outros intelectuais em estudos da história da literatura brasileira, entre eles, Sílvio Romero, Araripe Júnior e José Veríssimo. Absorvendo concepções do positivismo, do naturalismo e do evolucionismo – sobretudo de Auguste Comte, Herbert Spencer e Hippolyte Taine –, suas formulações são impregnadas de noções de raça, meio, língua e cultura¹. Não obstante o determinismo das análises e propostas, aqueles autores brasileiros passaram a ser referência básica ou mesmo paradigmática para as histórias literárias até, pelo menos, meados do século XX.

Somente nos anos cinquenta daquele século é que esses referenciais foram reelaborados e superados, entre outros, por Antonio Candido (1971) no livro *Formação da literatura brasileira*, de 1959². Nesse estudo, o autor, partindo da herança histórico-crítica precedente e incorporando muitos de seus elementos, repensa os marcos históricos e culturais do surgimento da literatura no Brasil, ou seja, seus momentos decisivos – século XVIII (Arcadismo) e XIX (Romantismo) – conjuntamente com o estabelecimento de um sistema literário.

Cinquenta anos após a publicação desse importante estudo de Antonio Candido, é oportuno e necessário, cremos, rediscutir e redefinir os marcos históricos da criação ou formação da literatura nacional, por meio de uma leitura diversa do processo de organização do Estado e da nação no Brasil.

O sentido da formação

Antonio Candido (1971, v.1, p.23), ao analisar a formação da literatura brasileira, procura demarcar seus momentos decisivos (Arcadismo e Romantismo)

¹ “A crítica literária e a história social se orientaram até 1930 pelas noções de **raça e natureza**, o que explica a grande recepção do positivismo, do evolucionismo e do racismo.” (VENTURA, 1991, p.41, grifo do autor). Ainda, segundo o mesmo autor, a “[...] ideologia da mestiçagem, como fusão de raças e culturas, se tornou elemento recorrente na literatura, na historiografia e no ensaísmo brasileiros.” (VENTURA, 1991, p.67). Sílvio Romero seria a sua mais eminente expressão, ao formular “[...] em sua história literária, a **epopeia da nacionalidade**, fábula cujas origens míticas se situam na gênese do mestiço e do cruzamento de culturas, matrizes da diferenciação progressiva do povo e da sociedade nacional, de acordo com os padrões darwinistas e evolucionistas. Estabeleceu o esquema da formação e de presença do ‘espírito’ nacional, segundo o **modelo épico** da continuidade ininterrupta.” (VENTURA, 1991, p.166, grifo do autor).

² Otto Maria Carpeaux (1999, p.845), à época, comentando sua publicação junto com o penúltimo volume de *A literatura no Brasil*, organizado por Afrânio Coutinho, diz que seriam “[...] tentativas de empregar modernos processos de crítica e historiografia na elucidação de um assunto há muito tempo sufocado pela rotina. Pois a rotina é a repetição – a crítica de conceitos que já foram novos e úteis mas estão antiquados.”

“[...] como síntese de tendências universalistas e particularistas”. Entre o primeiro momento (mais cosmopolita) e o segundo (que busca peculiaridades locais) haveria um movimento dialético de continuidade e ruptura, mas com o mesmo solidário objetivo: a **missão** de criar a literatura brasileira e de construir a nação.

[...] o intuito foi sugerir, tanto quanto possível, a idéia de movimento, passagem, comunicação – entre fases, grupos e obras; sugerir uma certa labilidade que permitisse ao leitor sentir, por exemplo, que a separação evidente, do ponto de vista estético, entre as fases neoclássica e romântica, é contrabalançada, do ponto de vista histórico, pela sua unidade profunda. À diferença entre estas fases, procuro somar a idéia da sua continuidade, no sentido da tomada de consciência literária e a tentativa de construir uma literatura. (CANDIDO, 1971, v.1, p.37).

Ao delimitar e qualificar os momentos decisivos, o crítico procura distinguir “[...] **manifestações literárias, de literatura propriamente dita**, considerada aqui um **sistema** de obras ligadas por denominadores comuns...” (CANDIDO, 1971, v.1, p.23; grifo do autor). O que seriam esses denominadores?

[...] [eles] são, além das características internas (língua, temas, imagens), certos elementos de natureza social e psíquica, embora literariamente organizados, que se manifestam historicamente e fazem da literatura aspecto orgânico da civilização. Entre eles se distinguem: a existência de um conjunto de produtores literários, mais ou menos conscientes do seu papel; um conjunto de receptores, fornecendo os diferentes tipos de público, sem os quais a obra não vive; um mecanismo transmissor (de modo geral, uma linguagem, traduzida em estilos) que liga uns a outros. O conjunto dos três elementos dá lugar a um tipo de comunicação inter-humana, a literatura, que aparece, sob este ângulo, como sistema simbólico [...] (CANDIDO, 1971, v.1, p.23).

A literatura, assim constituída como sistema, levaria à fixação de uma tradição, como resultado de um processo acumulativo de autores e obras sucessivas, possibilitando “a formação da continuidade literária” (CANDIDO, 1971, v.1, p.24). Com tudo isso, a noção de sistema permitiria repensar a periodização histórica da literatura brasileira³. Do século XVI a meados do XVIII, teria havido manifestações

³ Luiz Costa Lima (1991, p.160-161) chama a atenção para o fato de a noção de “sistema literário” ser caudatária do “funcionalismo antropológico inglês”, presente entre professores europeus da USP nos anos 1940, como Radcliffe-Brown e outros. De nossa parte, supomos que, muito provavelmente, essa ideia deriva do conceito de sistema social, que implica coesão e integração, determinação e articulação orgânica e funcional dos componentes de uma dada realidade. Antonio Candido (2002, p.113), inclusive, reconhece o resquício de “mecanicismo” em sua formação, feita “dentro da escola sociológica francesa, sobretudo Durkheim”. Leopoldo Waizbort (2007, p.90), por seu turno, procura mostrar que a noção de “sistema literário” de Antonio Candido aproxima-se da de Curtius, além de ter similitudes teóricas com Auerbach, especialmente quando caracteriza os “momentos decisivos”. É possível, cremos, que ela tenha sido inspirada num certo hibridismo teórico – e o contenha mesmo

literárias esparsas, rarefeitas, isoladas, sem continuidade e organicidade, de repercussão local, sem conseguir formar tradição. É somente na segunda metade do século XVIII, com as academias e os árcades, que começa a se configurar uma literatura brasileira, “[...] encorpando o processo formativo, que vinha de antes e continuou depois [...]” (CANDIDO, 1971, v.1, p.16). O Arcadismo teria tido mesmo papel importante “[...] porque plantou de vez a literatura do Ocidente no Brasil [...]” (CANDIDO, 1971, v.1, p.17).

Sem desconhecer grupos ou linhas temáticas anteriores, nem influências como as de Rocha Pita e Itaparica, é com os chamados árcades mineiros, as últimas academias e certos intelectuais ilustrados, que surgem homens de letras formando conjuntos orgânicos e manifestando em graus variáveis a vontade de fazer literatura brasileira. Tais homens foram considerados fundadores pelos que os sucederam, estabelecendo-se deste modo uma tradição contínua de estilos, temas, formas e preocupações. (CANDIDO, 1971, v.1, p.25).

O processo formativo ganhou novo impulso nas primeiras décadas do século XIX, quando são criadas algumas premissas básicas para a construção da nação, propiciadas pelo deslocamento do Estado português para a colônia e, posteriormente, pela quebra do estatuto colonial.

Imprensa, periódicos, escolas superiores, debate intelectual, grandes obras públicas, contato livre com o mundo [...] Foi a Época das Luzes, acarretando algumas consequências importantes para o desenvolvimento da cultura intelectual e artística, da literatura em particular. Posta a cavaleiro entre um passado tateante e o século novo, que se abria triunfal com a Independência, viu o aparecimento dos primeiros públicos consumidores regulares de arte e literatura; a definição social do intelectual; a aquisição, por parte dele, de hábitos e características mentais que o marcariam até quase os nossos dias. (CANDIDO, 1971, v.1, p.227).

É, no entanto, entre os anos trinta e setenta daquele século que o “sistema literário” se consolida. Consubstancia-se através do movimento romântico, desencadeado em Paris por um grupo liderado por Gonçalves de Magalhães, por meio da revista *Niterói*, em 1836. Seu referencial são as teses elaboradas por Ferdinand Denis em *Resumo da história literária do Brasil*, de 1826, “[...] fundando a teoria de nossa literatura segundo os moldes românticos”, orientando-a por meio século e repercutindo quase até o momento em que a *Formação* é escrita (CANDIDO, 1971, v.2, p.323). Inspirado em Schlegel, Madame de Staël e Chateaubriand, Denis define

–, proveniente da junção de elementos do funcionalismo durkheimiano com a dialética materialista do marxismo; tal conjectura pode ser ilustrada por uma passagem de outro texto do autor acerca de problemática conexa: “Se fosse possível estabelecer uma **lei da evolução** de nossa vida espiritual, poderíamos dizer que toda ela se rege pela **dialética** do localismo e do cosmopolitismo, manifestada pelos modos mais diversos.” (CANDIDO, 1976, p.109, grifo nosso).

o caráter que a literatura deveria assumir na América: diferenciar-se pela temática local e pela natureza. “Os sentimentos dominantes na literatura serão portanto o nacionalismo, o indianismo e o cristianismo, pois este foi o ideal que dirigiu nossa colonização.” (CANDIDO, 1971, v.2, p.322).

O desafio que se colocava para os intelectuais, nesse momento, era formular uma “teoria da literatura brasileira”. Ou ainda, “[...] o grande problema era definir quais os caracteres de uma literatura brasileira, a fim de transformá-los em diretrizes para os escritores [...]” (CANDIDO, 1971, v.2, p.329). Seus princípios fundamentais poderiam, para Antonio Candido (1971, v.2, p.329-330), ser sistematizados como segue:

- 1) O Brasil precisa ter uma literatura independente; 2) esta literatura recebe suas características do meio, das raças e dos costumes próprios do país; 3) os índios são os brasileiros mais lídimos, devendo-se investigar as suas características poéticas e tomá-las como tema; 4) além do índio, são critérios de identificação nacional a descrição da natureza e dos costumes; 5) a religião não é característica nacional, mas é elemento indispensável da nossa literatura; 6) é preciso reconhecer a existência de uma literatura brasileira no passado e determinar quais os escritores que anunciaram as correntes atuais.

Tributários do nacionalismo, os intelectuais românticos criaram as bases do que seria a literatura brasileira. Empenhados na “construção da nação”, assumiram mesmo um “sentimento de missão” que os levava a “[...] considerar a atividade literária como parte do esforço de construção do país livre” (CANDIDO, 1971, v.1, p.26). Aliás, o próprio Antonio Candido esclarece que, para a realização do estudo, se colocou de maneira deliberada do ponto de vista

[...] dos nossos primeiros românticos e dos críticos estrangeiros, que antes deles, localizaram na fase arcádica o início de nossa verdadeira literatura, graças à manifestação de temas, notadamente o Indianismo, que dominarão a produção oitocentista. Esses críticos conceberam a literatura do Brasil como expressão da realidade local e, ao mesmo tempo, elemento positivo na construção nacional. (CANDIDO, 1971, v.1, p.25).

Nos anos setenta do século XIX, o sistema literário estaria plenamente configurado, a formação da literatura brasileira concluída e seu ponto de chegada seria Machado de Assis, que

[...] se embebeu meticulosamente da obra dos predecessores. A sua linha evolutiva mostra o escritor altamente consciente, que compreendeu o que havia de certo, de definitivo, na orientação de Macedo para a descrição dos costumes, no realismo sadio e colorido de Manuel Antônio, na vocação analítica de José de Alencar. Ele pressupõe a existência de predecessores, e esta é uma das razões de sua grandeza [...] aplicou o seu gênio em assimilar,

aprofundar, fecundar o legado positivo das experiências anteriores [...]. Assim, se Swift, Pascal, Schopenhauer, Sterne, a Bíblia ou outras fontes que sejam, podem esclarecer sua visão do homem e a sua técnica, só a consciência de sua integração na continuidade da ficção romântica esclarece a natureza do seu romance. (CANDIDO, 1971, v.2, p.117-118).

Dessa forma, para Antonio Candido, a obra machadiana, ao realizar de maneira cabal a dialética do local e do universal – num processo mais amplo de constituição de uma tradição cultural e/ou intelectual em que se destacou a literatura –, atesta a consubstanciação do largo e progressivo movimento histórico de constituição do “sistema literário”, iniciado no século XVIII com o Arcadismo e que foi se adensando no século seguinte. É nessa perspectiva, segundo o crítico, que deve ser entendida a forma e o conteúdo dos romances de Machado de Assis: um lento curso de formação do sistema literário criou uma tradição e os predecessores do autor de *D. Casmurro*.

A Formação: o cânone e a polêmica

Dado o caráter inovador e renovador da compreensão da história da literatura brasileira, as teses propugnadas por Antonio Candido em 1959 foram aceitas por grande número de pesquisadores⁴. Todavia, tais teses causaram também, como era de se esperar, muitas polêmicas e objeções. Entre elas, três críticas devem ser destacadas: a de Afrânio Coutinho (1981) em 1960, a de Haroldo de Campos (1989) nos anos oitenta e, mais recentemente, a do estudioso português Abel Barros Baptista (2005).

O primeiro alega que Antonio Candido parte de uma concepção não-estética, mas “histórico-sociológica”, à qual contrapõe o “método estilístico”, valorizando o Barroco e destacando as figuras de Anchieta, Gregório de Matos e Vieira nas origens da literatura brasileira. Incorporando as formulações de Araripe Júnior do “estilo tropical” e da “obnubilação”, afirma:

A literatura brasileira não começou no movimento arcádico-romântico. Vem de antes, partiu do instante em que o primeiro homem europeu aqui pôs os pés, aqui se instalou, iniciando uma nova realidade histórica, criando novas vivências, que traduziu em cantos e contos populares, germinando uma nova literatura. Naquele instante, criou-se um homem novo, “obnubilando”, como

⁴ A obra tornou-se um cânone, passando a ser difundida por muitos intelectuais como Roberto Schwarz (1999), Lígia Chiappini (1990), Paulo Arantes (1997), Carlos Guilherme Mota (1977), Marisa Lajolo (2003), Regina Zilberman (2004), Leopoldo Waizbort (2007) entre outros. Alguns desses estudiosos atestam mesmo reverência ao livro de Antonio Candido. Sua relevância e seu caráter inovador foram destacados, mas com ponderações, também por outros pensadores como Otto Maria Carpeaux (1999), Benedito Nunes (1988), Alfredo Bosi (2002), Luiz Costa Lima (1991).

queria Araripe Júnior, o homem antigo, o europeu. Foi o homem brasileiro [...] E com ele se “formou” a literatura brasileira. (COUTINHO, 1981, p.37-38).

Já a crítica de Haroldo de Campos é mordaz e categórica, propondo-se a rever e desconstruir o modelo de Antonio Candido, segundo ele, linear e evolutivo, calcado numa “perspectiva histórica” que “[...] responde a um ideal metafísico de entificação nacional” (CAMPOS, 1989, p.12). Incorporando sugestões de Afrânio Coutinho e lastreando suas formulações em propostas teóricas de Roman Jakobson, Walter Benjamin, Hans Robert Jauss e Jacques Derrida, acusa Antonio Candido de ter “sequestrado o barroco”, por ignorar Gregório de Matos, “[...] um dos maiores poetas da nossa literatura”, e Vieira (CAMPOS, 1989, p.35). Defende, ainda, a ideia de que a literatura brasileira “[...] não teve infância, já nasceu adulta, formada” (CAMPOS, 1989, p.64).

A exclusão – o “sequestro” – do Barroco na *Formação da literatura brasileira* não é, portanto, meramente o resultado objetivo da adoção de uma “orientação histórica”, que timbra em separar literatura como “sistema”, de “manifestações literárias” incipientes e assistemáticas. Tampouco é “histórica”, num sentido unívoco e objetivo, a perspectiva que dá pela inexistência de Gregório de Matos para efeito da formação de nosso “sistema literário” (I, 24). Essa exclusão – esse “sequestro” – e também essa inexistência literária dados como “históricos” no nível manifesto, são, perante uma visão “desconstrutora”, efeitos, no nível profundo, latente, do próprio “modelo semiológico” engenhosamente articulado pelo autor da *Formação*. Modelo que confere à literatura como tal, *tout court*, as características peculiares ao projeto literário do Romantismo ontológico-nacionalista. (CAMPOS, 1989, p.32).

Abel Baptista, também de maneira cáustica e com pretensões desconstrucionistas, acusa Antonio Candido de perpetrar uma espécie de **sequestro da literatura portuguesa** no processo de formação da literatura brasileira – teria ignorado, “pura e simplesmente”, Portugal, dissociando-o dessa história. Imputa ao crítico uspiano a criação de uma teoria da literatura brasileira em que ela seria um fator importante de construção nacional. Resgatando o projeto romântico e revendo-o sob o foco da influência modernista, Candido teria reiterado a necessidade de afirmação da literatura brasileira e seria, ao mesmo tempo, responsável “[...] pela estipulação dum cânone brasileiro mascarado de tradição” (BAPTISTA, 2005, p.71). Assim,

O trabalho crítico de Antonio Candido, prolongando o projeto literário do Modernismo de 22, produziu um paradigma crítico, ainda dominante, que, articulado com uma dimensão institucional decisiva, a universitária, estabeleceu a possibilidade de desconhecer Portugal “pura e simplesmente”, dando esse desconhecimento como resultado natural do processo de “formação” da literatura brasileira. (BAPTISTA, 2005, p.43).

A inexistência do Estado nacional

De nossa parte, entendemos que a problemática histórica posta quando se discute e se procura compreender a constituição da literatura brasileira não pode ser dissociada do processo de organização do Estado nacional. Questões centrais, como a das origens ou do ponto de partida, a dos marcos e momentos decisivos, a da continuidade ou ruptura, a do processo formativo, a da particularidade e da universalidade dessa literatura têm que ser analisadas num movimento dialético e em sua historicidade.

Quando se procurou estabelecer uma tradição literária brasileira (de Ferdinand Denis a Silvio Romero), partiu-se do pressuposto, dado como inquestionável e transformado em moeda corrente na historiografia literária (presente ainda em Antonio Candido, Afrânio Coutinho, Haroldo de Campos e outros), de que o Brasil preexistia à constituição do Estado nacional. Isso quer dizer que teríamos já uma literatura **brasileira** antes mesmo da existência do Brasil ou da **nação** brasileira (ROUANET, 1991). Mas, é possível conceber, historicamente, uma literatura brasileira antes do Estado nacional, num território em condições de colônia? Poder-se-ia responder afirmativamente essa questão, recorrendo aos casos alemão e italiano, ocorridos em áreas em que havia uma tradição literária **nacional** anterior à unificação do Estado.

As literaturas europeias, já formadas [...] desde pelo menos o século XIX, encontraram seu parâmetro de identidade sobretudo na língua nacional. O devir da língua oferecia aos historiadores das literaturas nacionais do século XIX uma chave construtiva privilegiada, que organizava os materiais e assentava as bases da história literária. Por conta disso, foi possível (ou ao menos pretendeu-se que fosse) escrever história literária nacional prescindindo da formação nacional – basta lembrar os casos clássicos de unificação nacional tardia – Itália e Alemanha que possuíam história da literatura nacional antes da existência da nação, na forma do moderno Estado nacional unificado. (WAIZBORT, 2007, p.164).

Nesses lugares, já existia uma história da literatura que precedeu a organização nacional, porque se contava com elementos e requisitos (língua, cultura, identidade, imaginário, símbolos, instituições) do moderno Estado nacional, o que não havia na(s) colônia(s) portuguesa(s) na América. “Itália e Alemanha, contudo, dispunham de poderosa tradição poética remontando à Idade Média e à formação da língua vernácula.” (ZILBERMAN, 1999, p.26).

Já a montagem do nosso Estado nacional, após o rompimento do pacto colonial (1808-1822), realizada de cima para baixo, por grupos dominantes restritos, tendo à frente o príncipe herdeiro português, acordada com a metrópole e com o aval da Inglaterra, defrontar-se-ia com diversos problemas: manter a integridade da

colônia; decidir sobre que tipo de Estado montar e sobre como construir a unidade política, criar a identidade nacional e a estrutura socioeconômica.

Resolveu-se operar uma mudança dentro da ordem: criou-se um país com uma monarquia constitucional, conservando-se intacta a estrutura socioeconômica colonial com suas características básicas: grande propriedade latifundiária, trabalho escravo e produção de gêneros tropicais para o mercado europeu. Ao mesmo tempo, procurou-se manter a unidade territorial e política das colônias portuguesas na América – era disso que se tratava –, o que era extremamente difícil, pois não havia elementos que as unissem, a não ser a língua e a religião. Segundo observou o viajante francês Saint-Hilaire (apud CARVALHO, 1999, p.234), “[...] as capitânicas ignoravam a existência uma das outras [...]”. As relações entre as diversas regiões eram muito tênues, além de não haver percepção ou consciência de identidade nacional. A coesão das várias regiões, capitânicas ou circunscrições coloniais era muito precária e elas formavam um conjunto altamente diversificado e heterogêneo. O que existia de fato era não uma, mas várias colônias. “Os ingleses tinham razão quando falavam, nos séculos XVII e XVIII, dos ‘Brasis’ [...]” (SCHWARTZ, 2000, p.112). Dessa forma, “[...] a colônia americana chegou ao final de três séculos de existência sem constituir uma unidade, exceto pela religião e pela língua.” (CARVALHO, 1999, p.233).

Assim sendo, a presumível identidade – ou imaginário coletivo –, denominada muitas vezes de nativismo em determinadas áreas (Pernambuco, Bahia, Minas etc), que teria sido esboçada ainda nas condições históricas da colônia portuguesa da América, é questionável em vários sentidos. O mais comum era os colonos ou nativos identificarem-se como mineiros, paulistas, pernambucanos, baienses etc. – e mesmo americanos ou portugueses:

Para designar o todo da América portuguesa, o termo que se segue, em número de ocorrências, é *Brasil*. Mas atenção: naturais da terra inquiridos, excluídos os que integravam o aparato administrativo metropolitano, não utilizam o vocábulo Brasil para designar a territorialidade subjacente à identidade política coletiva que querem designar. Nada de *brasileiros*, nenhuma identidade política coletiva ultrapassando o regional. (JANCSÓ; PIMENTA, 2000, p.140).

A cultura e a literatura na constituição da unidade nacional

A unidade acabou sendo imposta de cima e pela força. O único elemento de consenso entre os grupos dominantes das diferentes regiões foi a manutenção da escravatura e do tráfico de escravos. Contra essa unidade imposta pelo centro (Rio de Janeiro), entre 1822 e 1848 irrompeu o inconformismo em quase todos os pontos do território (Bahia, Pernambuco, Pará, Rio Grande do Sul, atingindo mesmo São Paulo, Minas Gerais e até o Rio de Janeiro), por meio de motins, levantes e revoltas –

alguns com nítido caráter separatista –, pondo em risco a precária unidade do Estado imperial. Derrotados – a ferro e fogo – os movimentos rebeldes, os donos do poder montaram (a partir dos anos quarenta) um arcabouço político-estatal extremamente centralizado, controlado por grupos dominantes reduzidos. “Somente em 1850 pode-se dizer que estava consolidado o processo de criação do estado nacional, centralizado e monárquico. Das unidades frouxamente ligadas construíra-se o país [...] mas não se construíra ainda uma nação.” (CARVALHO, 1999, p.236).

Era necessário não só completar a organização do Estado, como criar os elementos constituintes básicos de uma nação, como símbolos, instituições e, sobretudo, um povo. Isso implica engendram-se e instituírem-se alguns pressupostos de identidade e unidade nacional: mercado interno, sociedade civil, exército e polícia, moeda, sistema fiscal e tributário, justiça, hino, bandeira, heróis, mitos, etc. – e, juntamente com tudo isso, uma cultura, uma história e uma literatura.

Nesse processo de criação da nação, a elite dominante, amparada pelo Estado imperial, elaborou uma política cultural extremamente arrojada, tendo como pilar a elaboração da cultura brasileira, ancorada, sobretudo, no forjamento da literatura e na concepção da história. A reconstrução do passado como legitimação do país recém-fundado deveria ser uma das tarefas primordiais. Para desempenhá-la, é formado, em 1838, com decisivo apoio governamental, o Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro (IHGB). Em 1845, Karl F. von Martius vence um concurso sobre “como se deveria escrever a história do Brasil”; seu projeto estabelecia que ela deveria ser assentada na tese da formação da nacionalidade a partir da confluência das “três raças” (o português, o índio, o negro), da unidade territorial, da organização do poder pela instituição de uma monarquia constitucional e na crença de um futuro próspero e promissor. Essas indicações seriam desenvolvidas, a seguir, por Francisco A. Varnhagen, que publica, entre 1854 e 1857, a *História geral do Brasil*, em que estabelece as balizas político-ideológicas e institucionais de uma versão oficial da história brasileira. Nesse mesmo sentido, há um grande esforço de (re)valorização da cultura mineira do setecentos, especialmente a escultura e a arquitetura barroca e a idealização de Aleijadinho (1730/1814) como uma espécie de mito da cultura nacional (GRAMMONT, 2008). Deve ser lembrado, também, o incentivo estatal para documentar o passado e o presente através da pintura, com uma versão patriótica plasmada nos quadros de Pedro Américo, Vitor Meireles e outros. Uma cultura, uma história, uma literatura, enfim, que elaborasse e disseminasse a ideia de nação brasileira.

A partir de 1838, os usos do passado colonial foram afirmativos da unidade e identidade nacionais que interessavam a elas [elites] e, mais tarde, ao ufanismo positivista do Estado republicano e também ao patriotismo e civismo de seus momentos de exceção, como o Estado Novo e a ditadura militar de 1964. Nesse modelo historiográfico, os autores e as obras coloniais funcionam

teleologicamente como antecipações exemplares que anunciam a grandeza do tempo dos intérpretes [...] no caso da historiografia romântica da literatura e das artes, o *télos* nacionalista faz os intérpretes buscarem, nas obras coloniais, exemplos do ideal pré-formado na sua ideologia que transforma autores coloniais em protonacionalistas, como ocorre na folclorização da poesia chamada Gregório de Matos e na mulatice e na doença de Aleijadinho [...] As representações coloniais tornam-se, por isso, exteriores à verdadeira “realidade brasileira” que se pressupõe já existir no local como “nacional”, apesar de o lugar efetivamente ser uma colônia dominada pelo exclusivo metropolitano. (HANSEN, 2008, p.26-28).

Baseados nessa compreensão, podemos depreender que a literatura começa a ser criada nas décadas de 1830/40-1870 com o surgimento de obras de tendência romântica, em voga na Europa, que iam ao encontro da necessidade de geração de símbolos e imaginário que contribuíssem para a elaboração de uma identidade ou consciência nacional. Nessas circunstâncias, tanto a valorização da natureza exuberante quanto o indianismo romântico, ao procurarem estabelecer o mito de origem, exerceram papel importante na missão de construir a identidade.

Entrelaçada e/ou simultânea ao Romantismo – de caráter indianista ou urbano – aparece uma vertente que passou a ser denominada regionalista. Afrânio Coutinho (1955, p.149) afirma que o regionalismo é “[...] um conjunto que arma o todo nacional [...]”, isto é, um conjunto de obras que, justapostas, formariam uma espécie de “mosaico literário”, representando as especificidades locais – a unidade na diversidade. Antonio Candido (2006, p.244) caracteriza esse fenômeno como “literaturas nacionais atrofiadas”.

Com todas essas condições, aceitando-se a tese dos vários autores que afirmam que a literatura brasileira nasceu no século XVI ou mesmo no XVIII, tem-se um paradoxo histórico. Se não havia país, Estado nacional, como poderia haver literatura **brasileira**? Talvez fosse mais plausível afirmar que, até o século XVIII, o que havia era uma incipiente **produção literária colonial portuguesa** e que, de meados desse século até as primeiras décadas do XIX, houve uma espécie de pré-história da literatura brasileira.

Formação da literatura de Vila Rica ou brasileira?

Aqui é apropriada uma digressão para se discutirem as proposições de Antonio Candido de outro ângulo. Admitindo-se as premissas do crítico quanto ao sistema, lembramos que as atividades literárias por ele elencadas, como as academias e os árcades, fixavam-se, sobretudo, em Minas Gerais, ou melhor, em Vila Rica, e não no país, que, como entendemos, não existia como tal no século XVIII. Aliás, o próprio Antonio Candido (2006, p.61-62) escreve:

Nas fases iniciais da literatura brasileira, as condições históricas favoreceram em Minas algumas manifestações literárias de qualidade, ligadas à floração urbana que sucedeu em tempo pasmosamente curto ao *far-west* inicial, cuja superação Cláudio Manuel da Costa celebrou no *Vila Rica*.

Do ângulo que nos interessa, é preciso registrar que tais manifestações constituíram um ponto de partida decisivo para a cultura de todo o País, porque em virtude das características do Barroco e do Neo-Classicismo estabeleceram uma opção universalizante traduzida na linguagem civilizada do Ocidente, em terra semibárbara como era o Brasil daquele tempo na quase totalidade.

Não é preciso mais para percebermos que, pelo menos, dois vértices do sistema – os autores e o público receptor (em boa parte, possivelmente, formado pelos próprios autores) – eram constituídos de um número mínimo de vila-riquenses (do século XVIII mineiro), pois a maioria era analfabeta. As diferentes regiões, como foi lembrado – Minas, São Paulo, Bahia, Pernambuco –, comunicavam-se antes com a metrópole do que entre si. Tais circunstâncias eram agravadas pelas severas restrições da metrópole à publicação e até à circulação de livros e periódicos. Sérgio Buarque de Holanda (1978, p.87) chama a atenção para o fato de que os “[...] entraves que ao desenvolvimento da cultura intelectual no Brasil opunha a administração lusitana faziam parte do firme propósito de impedir a circulação de idéias novas que pudessem pôr em risco a estabilidade de seu domínio.”

Os intelectuais de Vila Rica e sua produção constituem, por conseguinte, uma espécie de metonímia, se assim se pode dizer, do que viria a ser o início do sistema literário no Brasil. Talvez Antonio Candido tenha pensado nisso mesmo – na constituição, naquele espaço e tempo, de um sistema histórico-literário mais abstrato que concreto. Naturalmente, encontram-se nos árcades outros pontos fundamentais destacados por Antonio Candido, como

[...] a incorporação das normas cultas, necessárias para nossa configuração como povo. [...] Do mesmo modo atuou, noutra plano, a vitória da língua portuguesa sobre a língua geral, nos lugares em que esta predominava. Se não fosse assim, não seríamos o que somos. A essa luz a literatura dos árcades ganha o seu pleno significado histórico de tradução **daquele** local **naquele** universal [...]. (CANDIDO, 2006, p.62, grifo do autor).

Assim, é preciso considerar que a noção de sistema foi aplicada à realidade mineira, ou melhor, à intelectualidade de Vila Rica, núcleo do que viria a ser a elite artística e intelectual do país, que ainda não existia como tal em tempos de Arcadismo⁵. Com isso, estritamente, pode-se falar em literatura de Vila Rica, não em literatura brasileira.

⁵ A urbanização crescente dos núcleos mineradores do século XVIII é caracterizada pela criação de equipamentos e infraestrutura, pela presença de uma burocracia civil e militar, pela densa aglomeração demográfica. Vila Rica chega mesmo a superar, em 1740/50, a população do Rio de Janeiro, Salvador

Em outro momento, retomando a *Formação*, Candido reelabora seu ponto de vista: “[...] só em meados do século XVIII se formou algo como um sistema literário com uma interrelação entre obras e autores, um **esboço** de público e a constituição de uma tradição.” (CANDIDO, 2002, p.95, grifo nosso). Talvez pelos motivos que expusemos, o próprio crítico observa, ainda sobre a *Formação*: “Por isso dizia – ainda que possa soar paradoxal – que o mais importante para mim não é saber quando a literatura brasileira se torna **brasileira**, mas quando chega a ser uma literatura: um conjunto de obras com função total.” (CANDIDO, 2002, p.94, grifo nosso).

Na mesma direção, vale acrescentar, também com Antonio Candido (2002, p.115), que, no século XIX e início do XX, a nossa tradição **letrada** era oral:

Silvio Romero lembra que, no começo do século XIX, as igrejas eram salas de conferência, as pessoas saíam de casa para ouvir Januário da Cunha Barbosa, frei Francisco de São Carlos, Monte-Alverne, Santa Úrsula Rodovalho, Baraúna, todos aqueles frades eloquentes.

Ele mesmo, Antonio Candido (2002, p.116), alcançou a prática da “[...] igreja sala de conferência, na pequena cidade onde morei até os dez anos.” No começo do século XX, “as pessoas liam muito pouco”; nesse momento, contou-se com “[...] a grande voga das conferências, conferências pagas, criada por Medeiros e Albuquerque, que viu isso na Europa e trouxe para o Brasil.”

Para Candido (2002, p.116), ainda, “[...] [n]o Brasil do século XIX quase não se lia. A salvação da literatura foi o discurso, o comício, o recitativo e a modinha. Porque a gente esquece que quase todos os grandes poetas brasileiros tiveram seus poemas musicados.”

Sendo assim, a noção de sistema utilizada para explicar a formação da literatura brasileira no século XVIII seria problemática não apenas dadas as observações anteriores referentes à constituição do Estado – a que voltaremos –, mas também ao caráter restrito do espaço em que se deram as manifestações do Arcadismo, circunscritas à incipiente vida cultural de Vila Rica e à predominância, até o início do século XX, da cultura oral, o que é ilustrado pelo próprio autor da *Formação*.

Uma hipótese para a formação

Retomando-se as premissas anteriormente expostas relativas à constituição do Estado como nação e da literatura, pode-se inferir que é a partir da terceira

e Recife, “[...] sobretudo, pela diversidade e qualidade das manifestações artísticas e profissionais típicas das civilizações urbanas – a música, o teatro [...] a escultura, a pintura, a literatura, as práticas médicas, os ofícios jurídicos etc.” No entanto, a “[...] civilização urbana de Minas Gerais no setecentos é a manifestação concreta e exemplar da natureza e dos limites do sistema colonial tal como foi praticada no Brasil. A colônia, rica na geração de excedentes que são carreados para o exterior, deixa no lugar a estagnação, a pobreza e o brilho mortífero do antigo fausto.” (PAULA, 1996, p.92-93).

década do século XIX que se desencadeia o movimento de criação da literatura nacional e da historiografia para legitimá-la. Assim, “[...] começaria a surgir no Brasil, concomitantemente à implantação do Romantismo, a sua Historiografia literária, à qual se deve, em estreita conexão com o aparecimento de uma Historiografia nacional, aquele reconhecimento legitimador.” (NUNES, 1988, p.205).

À vista disso, no decurso de algumas décadas foi sendo idealizada uma história literária sincrônica e em sintonia com o Romantismo e a construção do Estado-nação. Não havia ainda, no entanto, uma “[...] literatura brasileira, como *corpus* objeto de historização, quando a história literária julgou oportuno inventar a sua existência.” (MOREIRA, 1995, p.82). Para tanto, Denis (1978), de fato, lançou os pressupostos básicos fundadores da literatura brasileira: o país recém-fundado deveria ter uma literatura independente, diversa daquela da antiga metrópole. Mas, como os dois povos falassem a mesma língua, a diferenciação deveria ser estabelecida por meio do tratamento literário de uma temática genuinamente americana, a da natureza tropical. Com isso “[...] seria possível ultrapassar o dilema da identidade linguística com Portugal.” (ROUANET, 1991, p.242).

E mais, pelo estabelecimento de uma **tradição**, com elementos e aspectos precursores “[...] que pudessem vir a configurar uma **tradição literária nacional brasileira**” (ROUANET, 1991, p.232, grifo do autor). Para isso não seria necessário recuar muito no tempo: seu esboço já estava, pelo menos, em *O Uruguai* de 1769 de Basílio da Gama e *Caramuru* de 1781 de Santa Rita Durão. A tradição precisava ser consolidada e desenvolvida. Caberia ao movimento romântico “[...] fundar a representação da nacionalidade, através da entronização de uma imagem da **realidade brasileira**. Uma vez definida tal realidade, competia aos autores do tempo louvá-la, engrandecê-la [...]” (ROUANET, 1991, p.254, grifo do autor).

Após Denis e Garrett, passando por Januário da Cunha Barbosa em *Parnaso brasileiro ou Coleção das melhores poesias de poetas brasileiros* de 1829/1830, “[...] sucedeu-se uma série de antologias que, sob a denominação de bosquejos, florilégios, harmonias e mosaicos, constituem volumes de compilação e informação bibliográfica.” (MOREIRA, 1995, p.80-81). Isso porque fazia-se necessário forjar elementos que fomentassem a invenção de “[...] um passado que já fosse nacional, marcando desde cedo a diferença em relação à mãe pátria.” (CANDIDO, 2006, p.211).

A história literária brasileira traz, desde os primeiros esboços no Romantismo, a definição de uma entidade abstrata corporificada nas obras, criações individuais que refletiriam um “caráter” ou um “espírito” coletivo: o **ser nacional** [...] A história literária se torna sinônimo mais ou menos difuso desse ser com a função de apresentar a identidade coletiva do povo brasileiro, cuja “origem”

é remetida à formação quase mítica de uma “tradição” nacional. (VENTURA, 1991, p.166, grifo do autor).

Esse movimento, intimamente ligado à construção nacional, entre os anos 1830/40-1870, entendia a literatura como instrumento fundamental no processo de organização do Estado-nação. Por intermédio “[...] da literatura, o país recebia atestado de nação, incluindo-o no rol dos territórios civilizados e progressistas [...]” (ZILBERMAN, 1999, p.27).

Literatura brasileira: de Machado de Assis a Guimarães Rosa

Sendo assim, é possível afirmar, cremos, que a formação da literatura não se concluiu no momento mencionado por Antonio Candido, ou seja, com Machado de Assis. O processo de formação continuava, naqueles anos, inconcluso, tanto quanto o da organização do Estado nacional. Essa é, inclusive, a percepção de Machado de Assis em 1873, quando, ao refletir sobre o estágio em que se encontrava a nossa literatura, atenta para o fato de que as “[...] mesmas obras de Basílio da Gama e Durão quiseram antes ostentar certa cor local do que tornar independente a literatura brasileira, literatura que não existe ainda, que mal poderá ir alvorecendo agora.” (ASSIS, 1959, p.131).

Entendemos, dessa maneira, ser problemática a tese de Antonio Candido segundo a qual a literatura brasileira, em meados do século XIX, já estaria formada, com um sistema constituído. Roberto Schwarz (1999), procurando justificar a posição do autor da *Formação*, afirma que, embora a construção do país não se tivesse completado, o processo de formação da literatura mostrava estar concluído, ou seja, o movimento constitutivo da literatura havia terminado, apesar de a nação continuar inconclusa. Para o crítico, “[...] Machado de Assis é um ponto de fuga e de chegada do movimento de formação da literatura brasileira. Ao possibilitar a sua obra, despida de provincianismos e debilidades, o processo mostrava estar concluído.” (SCHWARZ, p.90). Haveria mesmo “[...] um descompasso entre maioria literária e maioria nacional propriamente dita [...]” (WAIZBORT, 2007, p.145).

Tanto tal tese é problemática que o movimento iniciado com o Romantismo e animado pelo Estado imperial, no sentido de forjar uma literatura, uma história e uma cultura nacional, é retomado no Modernismo e tem nele continuidade. Esse movimento recoloca, em outros termos, problemas postos pelo Romantismo, como a dicotomia nacionalismo/cosmopolitismo, as raízes culturais, a língua, a miscigenação racial e cultural, etc. Grupos, periódicos, manifestos como o paulista, a antropofagia, o verde-amarelismo, a anta são casos emblemáticos.

A dialética local/universal – defendida por Antonio Candido como princípio da formação da literatura brasileira e expressada na produção e na reflexão de

muitos de nossos escritores, sobretudo no Romantismo, arrefecendo depois dessa tendência – reaparece com força no Modernismo. Nesse movimento, o desejo de cosmopolitismo concentra-se nas vanguardas europeias. Quanto ao que seria o nacional, a diferença não é grande relativamente às considerações românticas: descrição e mesmo louvação da terra, da natureza tropical.

A propósito do interesse do Modernismo pelo nacional, Mário de Andrade escreve na revista *Estética* (1925, p.336) que, se tivesse havido uma evolução natural “[...] das tendências espirituais do Romantismo pra cá [...]” já se teria “uma arte nacional.” Sérgio Buarque de Holanda (apud LEONEL, 1984, p.74), por sua vez, lucidamente assinala em 1926, na revista *Terra Roxa e Outras Terras*, a presença do “[...] velho jacobinismo dos nossos românticos de 1860, a despeito de tantas tentativas para evitar essa atitude [...]”; todavia, diz ele, “[...] os mais ousados dentre nós tiram o melhor partido de sua eficiência.”

Em “O movimento modernista”, Mário de Andrade (1942, p.66) reafirma essas afinidades quando discorre sobre o que caracteriza como “espírito revolucionário romântico” e “espírito revolucionário modernista”. O primeiro teria preparado o “[...] estado revolucionário que resultou na independência [...]” e o segundo, o “[...] estado revolucionário de 30 em diante [...]”; além disso, ambos tiveram papel-chave na “nacionalização da linguagem”. Antonio Candido (1976, p.112), por seu turno, aponta também as similitudes de ambos:

Na literatura brasileira, há dois momentos decisivos que mudam os rumos e vitalizam toda a inteligência: o Romantismo, no século XIX (1836/1870), e o ainda chamado Modernismo, no presente século (1922/1945). Ambos representam fases culminantes de particularismo literário na dialética do local e do cosmopolita; ambos se inspiram, não obstante, no exemplo europeu.

Essa herança oitocentista do uso da literatura como instrumento de criação da consciência nacional, a seguir, acabou sendo incorporada como política estatal no governo Vargas, na década de 30 do século passado, dentro do projeto de conclusão da nação. Temas, problemas e tarefas são reatualizados e repostos, apontando o caráter inconcluso do Estado nacional de forma geral e da literatura em particular. Desse modo, em especial durante a ditadura estadonovista (1937/1945), o Estado – como no Império – volta a ser protagonista primordial na redefinição da identidade nacional. Nessa circunstância, a cultura passou a ter a função de “[...] substituir a representação política no papel de ligar a política ao povo.” (CARVALHO, 1999, p.258). Por meio de diversos órgãos e instituições – Departamento de Imprensa e Propaganda (DIP), Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN) e outros – procurou-se recuperar “[...] a visão imperial de continuidade da história do país. As raízes portuguesas foram

revalorizadas sobretudo em seus aspectos religiosos (católicos) e de tolerância racial.” (CARVALHO, 1999, p.261). A literatura, como registrou Mônica P. Velloso (apud CARVALHO, 1999, p.260), deveria refletir a realidade brasileira na sua autenticidade, ser o “espelho da nação”.

Essa reposição insistente e constante da tentativa de tornar a cultura e a literatura em particular recursos privilegiados da constituição nacional pode indicar que a literatura brasileira, apesar de ter tido papel importante nesse sentido, não havia cumprido de forma plena o papel que, oficialmente ou não, lhe era destinado. Tal recorrência deve ser vista como manifestação não só de que a constituição do Estado nacional continuava inconclusa, mas também de que a formação da literatura brasileira encontrava-se constringida, em busca de uma fisionomia ou configuração própria.

Por tudo isso, propomos uma hipótese plausível: a de que a literatura brasileira, que começa a ser criada nos anos 1830/1870 com o Romantismo, ganha configuração plena entre a publicação do primeiro e do último grande romance brasileiro: *Memórias póstumas de Brás Cubas* de Machado de Assis em 1881 e *Grande sertão: veredas* de Guimarães Rosa em 1956. Paralelamente a isso, a sistematização crítica, autenticada e normatizada do que seria a literatura brasileira, poderia ser demarcada no interstício histórico que vai da publicação da *História da literatura brasileira* de Silvio Romero de 1888 à edição da *Formação da literatura brasileira* em 1959.

SEGATTO, J. A.; LEONEL, M. C. Formation of literature and constitution of the National State. *Itinerários*, Araraquara, n.30, p.11-30, Jan./June 2010.

■ **ABSTRACT:** *The aim of this paper is to discuss literary and historical issues raised by Antonio Candido in his book “Formation of Brazilian literature”, first published in 1959. This work – in re-elaborating and trying to overcome the former references concerning dates and the explanations for the origins of Brazilian literature – presents an innovative character which, on the one hand, turned it into a fundamental paradigm of literary history and criticism in Brazil and, on the other hand, provoked many controversies and objections. In discussing the historical and critical heritage and incorporating many of its elements, the critic reconsiders the historical, literary, and cultural landmarks of the rise – or the decisive moments – of Brazilian literature with the aid of the notion of literary system. Fifty years after the publication of this work, we believe it is opportune and necessary to reconsider and redefine the historical and literary demarcations of the creation or the formation of Brazilian literature, by means of a different interpretation of the organization process of the State and the Nation in Brazil.*

■ **KEYWORDS:** *Antonio Candido. Formation of Brazilian literature. Literature. History. Literary system. Nation State.*

Referências

ANDRADE, M. de. **O movimento modernista**. Rio de Janeiro: Casa do Estudante do Brasil, 1942.

ARANTES, P. Providências de um crítico literário na periferia do capitalismo. In: ARANTES, P.; ARANTES, O. B. F. **O sentido da formação**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1997. p.8-65.

ASSIS, M. de. Literatura brasileira: instinto de nacionalidade. In: _____. **Crítica literária**. São Paulo: Mérito, 1959. p.129-149.

BAPTISTA, A. B. O cânone como formação: a teoria da literatura brasileira de Antonio Candido. In: _____. **O livro agreste: ensaios de curso de literatura brasileira**. Campinas: Ed. da Unicamp, 2005. p.41-80.

BOSI, A. Por um historicismo renovado: reflexo e reflexão em história literária. In: _____. **Literatura e resistência**. São Paulo: Cia. das Letras, 2002. p.7-53.

CAMPOS, H. de. **O sequestro do barroco na formação da literatura brasileira: o caso Gregório de Mattos**. Salvador: Fundação Casa de Jorge Amado, 1989.

CANDIDO, A. **A educação pela noite**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2006.

_____. Variações sobre temas da formação. In: _____. **Textos de intervenção**. São Paulo: Duas Cidades/34, 2002. p.93-120.

_____. Literatura e cultura de 1900 a 1945. In: _____. **Literatura e sociedade**. 5.ed. São Paulo: Nacional, 1976. p.109-138.

_____. **Formação da literatura brasileira: momentos decisivos**. 4. ed. São Paulo: Martins, 1971. 2 v.

CARPEAUX, O. M. Problemas de história literária brasileira. In: _____. **Ensaio reunidos (1942-1978)**. Rio de Janeiro: Topbooks, 1999. v.1, p.845-848.

CARVALHO, J. M. Brasil: nações imaginadas. In: _____. **Pontos e bordados: escritos de história e política**. Belo Horizonte: Ed. da UFMG, 1999. p.233-268.

CHIAPPINI, L. Formação da literatura brasileira ou a história de um desejo. **Linha d'Água**, São Paulo, n.7, p.10-23, abr. 1990.

COUTINHO, A. **Conceito de literatura brasileira**. Petrópolis: Vozes, 1981.

_____. O regionalismo na prosa de ficção. In: COUTINHO, A. (Org.). **A literatura no Brasil**. Rio de Janeiro: Sul Americana, 1955. v.2, p.145-151.

ESTÉTICA. Rio de Janeiro: Odeon, v.1, n.3, abr./jun. 1925. Edição facsimilada do ano de 1974 pela Gernasa.

DENIS, F. Resumo da história literária do Brasil. In: CESAR, G. (Org.) **Historiadores e críticos do Romantismo**: a contribuição europeia – a crítica e a história literária. São Paulo: EDUSP, 1978. v.1, p.27-82.

GRAMMONT, G. de. **Aleijadinho e o aeroplano**: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.

HANSEN, J. A. Aleijadinho e outras representações: prefácio. In: GRAMMONT, G. de. **Aleijadinho e o aeroplano**: o paraíso barroco e a construção do herói colonial. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008. p.17-31.

HOLANDA, S. B. de. **Raízes do Brasil**. 12. ed. Rio de Janeiro: José Olympio, 1978.

JANCSÓ, I; PIMENTA, J. P. G. Peças de um mosaico (ou apontamentos para o estudo da emergência da identidade nacional brasileira). In: MOTA, C. G. (Org.) **Viagem incompleta (1500-2000)**: a experiência brasileira: formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000. p.127-175.

LAJOLO, M. A leitura na *Formação da literatura brasileira* de Antonio Candido. In: LA SERNA, J. R. de (Org.). **História e literatura**: homenagem a Antonio Candido. São Paulo: Imprensa Oficial, 2003. p.51-73.

LEONEL, M. C. de M. **Estética e modernismo**. São Paulo: Hucitec, 1984. (Linguagem e cultura).

LIMA, L. C. Concepção de história literária na *Formação*. In: _____. **Pensando nos trópicos**. Rio de Janeiro: Rocco, 1991. p.149-166.

MOREIRA, M. E. Regionalismo literário rio-grandense: invenção da historiografia literária. In: MALLARD, L. et al. (Org.). **História da literatura**: ensaios. 2. ed. Campinas: Ed. da Unicamp, 1995. p.75-97.

MOTA, C. G. **Ideologia da cultura brasileira (1933-1974)**. São Paulo: Ática, 1977.

NUNES, B. Historiografia literária do Brasil. In: _____. **Crivo de papel**. São Paulo: Ática, 1988. p.205-246.

PAULA, J. A. de. O processo de urbanização nas Américas no século XVIII. In: SZMRECSÁNYI, T. (Org.). **História econômica do período colonial**. São Paulo: Hucitec: FAPESP, 1996. p.67-96.

ROUANET, M. H. **Eternamente em berço esplêndido**: a fundação de uma literatura nacional. São Paulo: Siciliano, 1991.

SCHWARZ, R. Os sete fôlegos de um livro. In: AGUIAR, F. (Org.) **Antonio Candido**: pensamento e militância. São Paulo: Humanitas, 1999. p.82-95.

SCHWARTZ, S. B. Pensando o Brasil: a construção de um povo. In: MOTA, C. G. (Org.). **Viagem incompleta (1500-2000)**: a experiência brasileira: formação: histórias. São Paulo: SENAC, 2000. p.103-125.

VENTURA, R. **Estilo tropical**. São Paulo: Cia. das Letras, 1991.

WAIZBORT, L. **A passagem do três ao um**. São Paulo: Cosac Naify, 2007.

ZILBERMAN, R. Antonio Candido e o projeto de Brasil. In: AXT, G.; SCHÜLER, F. (Org.). **Intérpretes do Brasil**: ensaios de cultura e identidade. Porto Alegre: Artes e Ofícios, 2004. p.300-314.

_____. História da literatura e identidade nacional. In: JOBIM, J. L. (Org.). **Literatura e identidades**. Rio de Janeiro: Ed. da UERJ, 1999. p.23-55.

